

Impresso  
Especial

9912175140/2007-DR/PR  
IPARDES

...CORREIOS...



GOVERNO DO  
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO  
DO PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

# Análise Conjuntural

## IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.31, n.9-10, setembro/outubro 2009

### sumário

- 3 A INTERPRETAÇÃO DO PIB DE 2009  
Gilmar Mendes Lourenço
- 9 AS EXPORTAÇÕES PARANAENSES EM 2009 E AS MUDANÇAS NA PAUTA COMERCIAL  
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 13 ALGODÃO: VITÓRIA BRASILEIRA NA OMC  
Guilherme Amorim
- 15 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS  
Guilherme Amorim  
Roger Braganhol
- 17 ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

ROBERTO REQUIÃO - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

**IPARDES**

CARLOS MANUEL DOS SANTOS

*Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH

*Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

*Diretora do Centro de Pesquisa*

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

*Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

**ANÁLISE CONJUNTURAL**

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

**Equipe**

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

ROGER BRAGANHOL (*Estagiário*)

**EDITORAÇÃO**

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

LUIZA DE FÁTIMA PILATI LOURENÇO (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

A divulgação dos resultados do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o 2º trimestre de 2009, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abriu flancos para a confirmação dos cenários otimistas delineados para a economia do País, amparados no diagnóstico de rápido afastamento do precipício recessivo e vigorosa reativação das variáveis explicativas do comportamento dos níveis de atividade, já a partir do 2º semestre.

O respaldo para tais análises e prognósticos estaria na variação de 1,9% do PIB entre abril e junho do corrente ano, frente ao 1º trimestre, depois de dois retrocessos consecutivos (-3,4% e -1,0%, respectivamente, no 4º trimestre de 2008 e 1º semestre de 2009).

A variação foi determinada pelo ímpeto do consumo das famílias, do lado da demanda agregada, e pela reação da produção industrial, pela ótica da oferta, bem como pelo começo da colheita de uma safra diversificada de indicadores positivos, desde julho de 2009, incluindo faturamento industrial, grau de ocupação da capacidade instalada no parque fabril e massa de salários, formada por emprego e rendimentos reais.

A reação dos rendimentos, principalmente nos setores não-industriais, vem sendo protegida da corrosão do poder de compra pela contenção da inflação, e maximizada pela ocorrência dos acordos e dissídios de importantes categorias de trabalhadores, no 2º semestre, e pelo pagamento da 1ª parcela e operações de antecipação do décimo terceiro salário.

Por certo, trata-se de um panorama bastante animador, especialmente quando cotejado com aquele reinante no 4º trimestre de 2008, quando, ao interromper os fluxos de crédito e derrubar a demanda e os preços, sobretudo das *commodities*, a instabilidade externa atingiu quase que instantaneamente o organismo produtivo e comercial brasileiro, forçando as autoridades econômicas a reconhecê-la e combatê-la, ainda que com apreciável atraso temporal, lançando mão de expedientes monetários, fiscais e cambiais bastante convencionais.

Mesmo depois da quebra do banco de investimentos dos Estados Unidos (EUA) Lehman Brothers, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC) manteve a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, por três reuniões consecutivas, passando a diminuí-la a partir de janeiro de 2009, até chegar aos 8,75% a.a., definidos no final do mês de julho e mantidos em outubro.

Desde então, houve clara sinalização de parada na marcha de declínio das taxas, em razão do clima de recuperação da economia e da cessão oficial às pressões exercidas pela “indústria de fundos”, sob a alegação de intensificação da tendência de equalização entre a remuneração líquida das cadernetas de poupança (6,17% a.a. mais taxa referencial de juros com redutor equivalente à cunha fiscal) e das aplicações financeiras referenciadas pela Selic e da probabilidade de alteração do perfil das carteiras das entidades. A captação líquida de haveres pelas cadernetas de poupança somou R\$ 15,7 bilhões entre janeiro e setembro de 2009, contra R\$ 10,0 bilhões em igual intervalo de 2008.

Ainda que derivada de uma proposital confusão entre as engenharias financeiras de curto e longo prazos, consubstanciadas na Selic e na poupança, base da rolagem do passivo de curto prazo do governo e da arregimentação de haveres prioritariamente para financiamento dos programas habitacionais, respectivamente, essa alegada anomalia deveria ser reparada a partir de janeiro de 2010, quando passaria a vigorar a alíquota de 22,5% do Imposto de Renda sobre os rendimentos das cadernetas com saldo superior a R\$ 50,0 mil, o que devolveria competitividade aos fundos DI com taxa de administração de até 2,0%, além de outros componentes de descontos pouco transparentes.

Ao que tudo indica, o governo teria desistido da ideia. Até porque, a rentabilidade real da poupança (deflacionada pelo índice de preços ao consumidor amplo, calculado pelo IBGE) atingiu 2,0% entre janeiro e setembro de 2009, configurando a 4ª maior em uma década, contra 0,4% em idêntico período de 2008 e 11,37% em 1995, segundo a consultoria Economatica.

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Apesar do discurso oficial enfatizando que o Brasil teria sido uma das primeiras nações a deixar a crise para trás, é prudente lembrar que economias avançadas como Alemanha, França e Japão experimentaram acréscimos do PIB no 2º trimestre (0,3%, 0,3% e 0,9%, respectivamente), em resposta às medidas fiscais de estímulo, empregadas pelos governos, acrescentadas dos desdobramentos das iniciativas de socorro financeiro e de injeção de liquidez, a juros reais negativos, promovidas pelos bancos centrais, sem alterar radicalmente a curva de consumo privado, devido ao endividamento pretérito, o que explicaria a nova inflação de ativos (ações e moedas dos emergentes, petróleo e outras *commodities*) em plena recessão.

O índice de confiança dos consumidores americanos, mensurado pelo instituto privado de pesquisa Conference Board, diminuiu de 54,5 pontos, em agosto (faixa de zero a 100), para 53,1 pontos, em setembro, influenciado pelas incertezas quanto aos sinais do mercado de trabalho. Esta avaliação contraria a tendência ascendente identificada pela Universidade de Michigan, marcada pela elevação de 65,7 pontos em agosto para 73,5 pontos em setembro, o maior patamar desde janeiro de 2008, determinado pela recuperação do mercado acionário.

Os dispêndios em construção, a comercialização pendente de casas e o consumo das famílias nos EUA esboçaram tendência ascendente a partir de agosto, sendo que os gastos dos consumidores registraram o maior crescimento desde 2001. A taxa de desemprego nos EUA atingiu 9,8% da População Economicamente Ativa (PEA) em setembro de 2009, a mais elevada desde junho de 1993, resultando no fechamento de 7,6 milhões de postos de trabalho desde o começo da recessão, no último trimestre de 2009.

O PIB dos EUA cresceu 3,5% no 3º trimestre de 2009, depois de encolher 0,7% no 2º trimestre e 6,4% no 1º semestre, segundo o Departamento de Comércio, configurando o melhor desempenho em dois anos e o esboço de uma reversão do quadro de recessão técnica, e a indústria japonesa restabeleceu uma trajetória expansiva, entre março e setembro de 2009, depois de alcançar níveis de produção inferiores aos registrados durante a 2ª Guerra Mundial.

O PIB da Zona do Euro e da União Europeia cresceu 0,2% e 0,3%, respectivamente, no 2º trimestre, e a produção industrial atravessa rota de recuperação desde maio de 2009 nos dois espaços. O PIB do Reino Unido encolheu 0,4% no 3º trimestre de 2009, a 6ª contração trimestral seguida, consubstanciando a crise mais aguda dos últimos 50 anos.

Já o desemprego na Zona chegou a 9,7% da PEA em setembro de 2009, de acordo com o Departamento de Estatística da União Europeia, correspondendo à maior taxa desde janeiro de 1999, contra 7,7% em setembro de 2008. Em todo o continente, o desemprego foi de 9,2% da PEA em setembro, o mais elevado desde janeiro de 2000, contra 7,1% em setembro de 2008.

Inferências do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam recuperação de apenas US\$ 1,3 trilhão das perdas bancárias superiores a US\$ 3,0 trilhões ocasionadas pela turbulência financeira. Mesmo diagnosticando o fim da mais profunda recessão mundial do pós II Guerra, o Fundo projeta recuperação lenta para 2010, apoiada na combinação entre o ainda moderado crescimento de EUA, Europa e Japão, em razão da progressiva retirada dos estímulos das políticas públicas, e a expansão mais vigorosa dos mercados emergentes, sobretudo da China e da Índia (tabela 1).

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO E PAÍSES SELECIONADOS - 2006-2010

UNIDADE GEOGRÁFICA	TAXA DE CRESCIMENTO (%)				
	2006	2007	2008	2009	2010
Mundo	5,1	5,2	3,0	-1,1	3,1
Avançados	3,0	2,7	0,6	-3,4	1,3
EUA	2,8	2,1	0,4	-2,7	1,5
Zona do Euro	2,8	2,7	0,7	-4,2	0,3
Reino Unido	2,8	2,6	0,7	-4,4	0,9
Alemanha	3,0	2,5	1,2	-5,3	0,3
França	2,2	2,3	0,3	-2,4	0,9
Japão	2,4	2,3	-0,7	-5,4	1,7
Emergentes	7,9	8,3	6,0	1,7	5,1
China	11,6	13,0	9,0	8,5	9,0
Rússia	7,4	8,1	5,6	-7,5	1,5
Índia	9,8	9,4	7,3	5,4	6,4
Brasil	4,0	5,7	5,1	-0,7	3,5

FONTE: FMI

---

*O Brasil expôs o 5º mais intenso incremento do PIB entre os países emergentes*

---

No 2º trimestre de 2009, o Brasil expôs o 5º mais intenso incremento do PIB entre os países emergentes, atrás da Turquia (12,1%), Rússia (7,4%), Coreia do Sul (2,6%) e Indonésia (2,4%), enquanto China e Índia acusaram somente desaceleração do crescimento depois da eclosão da turbulência mundial, graças preponderantemente à força dos pacotes fiscais e das inversões infraestruturais executadas para sustentar a demanda agregada. O PIB chinês cresceu 7,7% nos nove primeiros meses de 2009.

---

*As trilhas identificadas para o exame das estatísticas conjunturais estão repletas de armadilhas, propiciando diferentes leituras*

---

É preciso esclarecer aqui que as trilhas identificadas para o exame das estatísticas conjunturais estão repletas de armadilhas, propiciando diferentes leituras que, em alguns casos, podem desprezar os elementos científicos embutidos nas investigações básicas e privilegiar o desejo dos atores sociais, normalmente associados a interesses de natureza política, em prejuízo de reflexões objetivas voltadas à orientação do exercício de tomada de decisões das empresas, do governo e das famílias.

Nessa perspectiva, quando tomados como referência comparativa os primeiros três meses de 2009, o Brasil contabilizou, entre abril e junho do corrente ano, expansão econômica de 1,9%, a 2ª maior da administração Lula, igualada apenas pelo desempenho de fins de 2007, só que em ambiente de forte aquecimento.

A performance atual esteve ancorada na combinação entre o incremento registrado no consumo e na produção industrial, consequência da renúncia fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na comercialização de veículos, eletrodomésticos de linha branca e materiais de construção, da expansão da massa de salários, apoiada na recuperação do emprego, e da ampliação da oferta de crédito para pessoas físicas. As vendas de veículos totalizaram 2,3 milhões de unidades entre janeiro e setembro de 2009, consubstanciando incremento de 4,2% em cotejo com igual período de 2008.

No tocante ao crédito, que ao final de setembro de 2009 representava 45,7% do PIB, contra 38,7% em setembro de 2008, é interessante assinalar a não ocorrência de redução significativa dos custos. A única modalidade que não registrou recuperação reside no crédito ofertado em lojas, e os prazos de parcelamento das compras de bens duráveis no cartão superavam 15 meses.

Embora tenha atingido o menor nível desde 2004, os juros cobrados das pessoas físicas em setembro de 2009 ainda superavam os 43,0% a.a., conforme o BC. Ao mesmo tempo, os juros pagos por pessoas jurídicas situavam-se em 26,4% a.a., o menor nível desde março de 2001, para um interbancário de cerca de 9,0% a.a.

Houve participação adicional dos bancos públicos na alocação de linhas especiais, que contrabalançaram o subsídio na ponta com o acréscimo no valor médio cobrado nas tarifas no 1º semestre de 2009. A elevação tarifária foi de 50,8% pela Caixa Econômica Federal (CEF) e de 27,3% pelo Banco do Brasil (BB) *versus* 11,8% pelo Bradesco, 11,0% pelo Santander/Real e -5,0% pelo Itaú.

Enquanto as taxas médias de juros praticadas no mercado na modalidade cheque especial estavam em 167,0% a.a., em setembro de 2009, as da CEF situavam-se em 119,0% a.a., e as da Nossa Caixa e do BB marcavam 142,0% a.a. Para os empréstimos pessoais, enquanto os juros médios de mercado eram de 85,0% a.a., os do BB e da CEF estavam em 67,3% a.a. e os da Nossa Caixa atingiram 69,2% a.a.

As agências públicas elevaram a oferta de crédito em aproximadamente R\$ 280,0 bilhões em doze meses encerrados em setembro de 2009, sendo mais de R\$ 100,0 bilhões

em empréstimos do Tesouro para reforço de capital do BNDES, que reduziu a taxa de juros de longo prazo (TJLP) para o piso recorde de 6,0% a.a.

Outros aspectos menos animadores relativos ao clima econômico abrangem o encolhimento da arrecadação federal por onze meses consecutivos (-7,8% reais entre janeiro e setembro de 2009) e da demanda por crédito por parte das pessoas jurídicas em agosto e setembro de 4,3% e 0,9%, respectivamente, depois de acusar expansão progressiva entre março e julho de 2009, resultando em queda acumulada de 5,6% no ano, influenciada pelo comportamento defensivo das pequenas e médias empresas, segundo constatado por inquérito da Serasa.

Para os consumidores, o decréscimo foi de 3,8% entre janeiro e setembro, e de quase 4,0% no bimestre agosto-setembro, em face dos meses antecedentes, reforçando a hipótese de esgotamento do surto de consumo baseado no endividamento, em ambiente de menor avanço dos níveis de renda *vis-à-vis* a oferta de crédito.

É claro que as medidas de estímulo adotadas, sobretudo via renúncia fiscal de IPI e crédito, precipitaram movimentos de desova de estoques e, posteriormente, de retomada da produção fabril. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), enquanto entre outubro de 2008 e março de 2009 o setor industrial consumiu estoques de R\$ 43,0 bilhões, no intervalo abril-julho de 2009 ocorreu formação de estoques de R\$ 3,0 bilhões.

Pesquisa trimestral realizada pelo Provar, da Fundação Instituto de Administração (IA), em parceria com a Felisoni Consultores Associados, divulgada em outubro de 2009, mostra que 77,0% dos consumidores tencionam adquirir bens duráveis no último trimestre de 2009, representando a maior proporção de intenção de compra captada em dez anos.

Outra investigação, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio), revela que 97,0% das empresas da Região Metropolitana de São Paulo pretendem efetuar investimentos em 2010. Em semelhante perspectiva, o Índice de Confiança do Consumidor, calculado pela FGV, atingiu 113,6 pontos (base 0 a 200) em setembro de 2009, o maior em 17 meses, retrocedendo aos níveis anteriores à crise.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), verificado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), marcou 65,9 pontos em outubro de 2009 (varia entre zero e 100,0, sendo acima de 50,0 indicativos de confiança), o maior desde janeiro de 2005 (66,5), contra 62,0 em abril de 2008 (antes da crise) e 47,4 em janeiro de 2009, ápice do vendaval financeiro.

Ainda pela ótica do PIB do 2º trimestre, as exportações e importações sofreram ampliação de 14,1% e 1,5%, respectivamente, e a variação da formação bruta de capital fixo (obras de infraestrutura e instalações e produção e aquisição de máquinas e equipamentos) foi nula, fazendo a taxa de investimento cair para 15,7% do PIB, o menor patamar do período desde 2003 (contra 18,5% do PIB nos primeiros três meses de 2008), sendo que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, tencionava elevá-la para 25,0% do PIB. As compras governamentais também caíram 0,1%.

Cumprir considerar que, como parte substancial da FBCF deriva da preservação das inversões da Petrobrás e das obras da construção civil, é lícito argumentar a ocorrência de suspensão de parcela expressiva dos planos e a compressão das decisões dos investimentos privados, justificada pelo encolhimento das expectativas de lucro, em função do caráter descendente do mercado externo e das dúvidas quanto à solidez da marcha de reativação da demanda doméstica, prejudicada particularmente pelos riscos de endividamento ou inadimplência das famílias.

Levantamento da Serasa constatou, em 2009, os maiores níveis de inadimplência (atraso nos pagamentos superior a 90 dias) desde 2001. Para as pessoas físicas houve subida de 8,9% entre janeiro e setembro de 2009, apesar dos recuos experimentados em agosto e setembro. Do montante dos passivos não pagos, 44,2% corresponde aos bancos, 32,6% a cartões e financeiras, 17,4% a cheques sem fundos e 1,9% a títulos protestados.

O endividamento com cartão de crédito teria atingido montante recorde em agosto (R\$ 26,5 bilhões), com inadimplência de quase 30,0%, o que é preocupante, por configurar passivo mais caro. A inadimplência com cheques cresceu 14,2%, sendo devolvidos 22,5 cheques a cada mil compensados. Retornaram 18,558 milhões de cheques para emissão de 824,483 milhões.

Para as pessoas jurídicas, o retardo nos pagamentos classificado tecnicamente como inadimplência teria subido 26,7% em igual intervalo, concentrado em títulos protestados (41,6%), cheques sem fundos (38,9%) e bancos (19,5%).

Contudo, a verdadeira dimensão da crise, para a qual os indicadores correntes e antecedentes sugerem superação, emerge da espiada comparativa do PIB do 2º trimestre de 2009 com o do mesmo trimestre de 2008. Nessa perspectiva, houve a 2ª queda seguida: -1,8% no 1º trimestre e -1,2% no segundo. As retrações destacáveis foram: indústria (-7,9%), agropecuária (-4,2%), investimento (-17,0%, recorde histórico), exportações (-11,4%) e importações (-16,5%). Em paralelo, experimentaram avanços: dispêndios do governo (2,2%), consumo das famílias (3,2%), representando a 23ª alta consecutiva, e serviços (2,4%).

Em sentido análogo, o PIB do 1º semestre decresceu 1,5%, recorde histórico da nova série das contas nacionais do IBGE, iniciada em 1996, brechando, desde o último trimestre de 2008, a expansão anualizada de quase 6,0%. As áreas mais afetadas, notadamente na indústria, foram aquelas subordinadas ao crédito e ao comércio externo e à taxa de câmbio, que apreciou mais de 20,0% e 30,0%, nos primeiros seis e nove meses de 2009, respectivamente, em relação à cotação do final de 2008.

A cobrança de 2,0% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o ingresso de capitais externos para aplicações em bolsas e renda fixa pode atrapalhar o funcionamento do núcleo de captação de liquidez externa, com recursos de longo prazo a custos reduzidos, representado pelo mercado de capitais, sem promover mudanças radicais no movimento de valorização cambial, em razão do ainda significativo diferencial de juros internos *versus* externos.

Protagonizaram quedas, no 1º semestre de 2009, as importações (-16,3%), os níveis de investimento (-15,6%), as exportações (-13,1%), a indústria de transformação (-11,2%), a construção civil (-9,6%), os serviços de utilidade pública (-4,1%) e a agricultura (-3,0%), que foram incomparavelmente mais expressivas do que as constatadas nas retrações de 1998 (moratória russa), 2001 (crise da Argentina, apagão energético e atentados terroristas nos EUA) e 2003 (ressaca eleitoral).

Os pontos fora da curva foram identificados no consumo das famílias (+2,3%), gastos públicos (+2,5%) e serviços (+2,1%), afetados positivamente pela alocação de recursos nos programas sociais de transferência de renda (bolsa-família, benefícios para idosos, seguro desemprego e bolsa-qualificação), que aumentou 20,0% nos seis primeiros meses de 2009 contra variação de 4,4% no valor dos salários, de acordo com cálculos do BC. Entre 2004 e 2008, os acréscimos foram de 18,0% a.a. e de 6,1% a.a., respectivamente.

O superávit primário das contas públicas foi de R\$ 37,74 bilhões no intervalo compreendido entre janeiro e setembro de 2009, ou 1,7% do PIB (1,2% em doze meses para meta de 2,5% do PIB para o ano fechado), sendo o pior resultado desde a posse do presidente Lula, tendo a dívida líquida do setor público atingido R\$ 1,32 trilhão, o que equivale a 44,9% do PIB, e os juros somado R\$ 124,97 bilhões, ou 5,6% do PIB.

A piora do quadro fiscal brasileiro levou ao retardamento do cronograma de pagamento das restituições do imposto de renda (IR), corrigido pela taxa Selic, evidenciado por queda superior a 20,0% nos desembolsos entre junho e setembro de 2009 frente ao mesmo período de 2008.

Vale sublinhar que o PIB do setor serviços também foi impulsionado por intermediações financeiras (operações de crédito e seguros), que cresceram 8,2%. Diga-se de passagem que pesquisa da consultoria Economatica apurou que o segmento bancário somou o maior lucro consolidado no 1º semestre de 2009, entre 303 empresas de capital aberto do País (R\$ 14,3 bilhões, equivalentes a 23,5% do total das companhias acompanhadas). Não obstante, estatísticas do BC expressam recuo de 24,5% do lucro dos bancos atuantes no Brasil no 1º semestre de 2009.

Ademais, dentre 20 instituições financeiras de capital aberto da América Latina e dos EUA, os maiores índices de rentabilidade sobre o patrimônio foram obtidos por Bradesco (1º lugar), Itaú Unibanco (3º) e Banco do Brasil (4º). A rentabilidade é calculada pelo conceito de retorno sobre ativos (lucro/ativo total). Dados do BC revelam que o peso dos dez maiores bancos nos ativos totais do subsetor passou de 84,3% antes da crise para 89,0% ao final do 1º semestre de 2009. Os cinco maiores detinham 77,4% dos ativos em junho de 2009, contra 66,0% em junho de 2008.

---

*A enorme concentração bancária no Brasil  
decorre fundamentalmente da falta de regulação  
adequada por parte do poder público*

---

A enorme concentração bancária no Brasil deriva fundamentalmente da falta de regulação adequada, por parte do poder público, favorecida pelo conflito de competência entre o BC, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e as Secretarias de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e de Acompanhamento Econômico, da Fazenda.

Em se tratando de comércio externo, convém reter que informações da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), denotaram, nos primeiros oito meses de 2009, pela primeira vez desde 1978, supremacia do valor dos produtos básicos em relação aos manufaturados nas vendas externas do País, com peso de 42,8% e 42,5%, respectivamente.

Com respeito à produção industrial, apurou-se queda de 11,6% entre janeiro e setembro de 2009, já indicando recuperação do recorde histórico negativo de 12,1% verificado entre janeiro e agosto de 2009, principalmente em bens de capital (-22,7%), bens de consumo duráveis (-14,5%) e bens intermediários (-13,5%), e mais moderada para bens de consumo não-duráveis e semiduráveis. Em um ano encerrado em setembro de 2009, o nível de produção caiu 10,3%, representando o maior declínio desde o ano de 1990, marcado pela retração provocada pelo confisco de ativos financeiros praticado pelo governo Collor.

Não obstante, o emblema do quadro de recuperação pode ser enxergado pela comercialização de papelão ondulado, que, depois de recuar por sete meses seguidos e acumular queda de 4,5% entre janeiro e setembro de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008, cresceu 0,4% e 5,0% em agosto e setembro, respectivamente, em confronto com os meses anteriores.

Entretanto, é oportuno advertir que, no afã de neutralizar os impactos da crise, a orientação econômica do governo brasileiro abdicou da oportunidade de aplicar providências mais arrojadas, capazes de minimizar riscos potenciais de verificação de desníveis estruturais entre oferta e demanda e, conseqüentemente, a precipitação de pressões inflacionárias.

Essencialmente, o governo priorizou o consumo privado e público (centrados na folha de salários e benefícios previdenciários), sacrificando o investimento em aumento e modernização da capacidade produtiva e desobstrução dos estrangulamentos infraestruturais do País. O valor dos investimentos e gastos com pessoal do executivo federal subiu 8,5% e 13,4%, respectivamente, nos últimos doze meses terminados em setembro de 2009, contra 35,4% e 3,7% para o mesmo tempo em 2008.

Com isso, a gestão macroeconômica pode vir a contribuir, de forma relevante, para o comprometimento de uma reativação consistente do crescimento, desprovida do redesenho da espiral inflacionária. Isso será mais visível tão logo aconteça o esgotamento das margens de capacidade ociosa das empresas, somadas durante a etapa recessiva, e/ou a reação do mercado externo, menos restrita ao jogo dos *players* globais nas áreas de produtos primários e semielaborados.

A esse respeito, levantamento do BNDES captou reação nas expectativas de investimentos em insumos básicos e energia para o período 2009-2011. As programações privadas públicas em tais áreas, que estavam estimadas em R\$ 781,0 bilhões em agosto de 2008 (pré-crise), desceram para R\$ 688,0 bilhões em dezembro de 2008 (ápice das incertezas) e subiram para R\$ 731,0 bilhões em agosto de 2009.



# AS EXPORTAÇÕES PARANAENSES EM 2009 E AS MUDANÇAS NA PAUTA COMERCIAL

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

Os impactos da crise mundial sobre as exportações do Paraná são claros. Nos nove primeiros meses deste ano, as vendas externas do Estado totalizaram US\$ 8,8 bilhões, o que correspondeu a um decréscimo de -27,6% em relação a igual período de 2008, quando as receitas geradas pela comercialização de produtos paranaenses no exterior atingiram US\$ 12,2 bilhões. Em nível nacional, as exportações vêm apresentando comportamento semelhante, com queda da ordem de -25,9%, passando de US\$ 150,9 bilhões para US\$ 111,8 bilhões.

Entre os principais produtos da pauta estadual, verifica-se que apenas o açúcar bruto registra vendas ascendentes, contabilizando aumento de 40,0% em comparação ao resultado anotado no acumulado de janeiro a setembro do ano passado, como reflexo das propícias condições do mercado internacional da *commodity*, derivadas das sucessivas quebras de safra da cana-de-açúcar na Índia. Por conta desse desempenho, oposto ao das exportações das demais mercadorias, o açúcar bruto passou a responder por 5,6% do total das vendas externas do Paraná, acima da participação de 2,9% referente a janeiro-setembro de 2008, sendo o quinto produto mais representativo da pauta do Estado (tabela 1).

Na relação dos bens cujas exportações vêm exibindo declínio, sobressaem os produtos dos complexos madeireiro, químico e metalmeccânico. Em relação a esse último, são acentuadas as quedas das receitas oriundas do comércio de tratores, motores para veículos e automóveis, com variações de -67,0%, -60,3% e -34,5%, respectivamente. Já no que se refere aos segmentos madeireiro e químico, destacam-se as reduções nas vendas de madeira compensada (-52,0%) e fertilizantes (-47,8%), cabendo mencionar ainda, desta vez entre os produtos do complexo soja, o recuo de -52,6% do faturamento gerado pelo óleo bruto.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO-SETEMBRO 2008-2009

PRODUTO	JAN-SET 2008		JAN-SET 2009		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja em grão	1 847 550 190	15,2	1 820 553 637	20,7	-1,5
Carne de frango <i>in natura</i>	1 186 843 234	9,8	908 077 980	10,3	-23,5
Farelo de soja	1 030 396 250	8,5	862 566 275	9,8	-16,3
Automóveis	787 886 267	6,5	516 291 249	5,9	-34,5
Açúcar bruto	354 505 889	2,9	496 273 486	5,6	40,0
Óleo de soja bruto	611 283 827	5,0	289 608 998	3,3	-52,6
Cereais	323 643 137	2,7	265 822 033	3,0	-17,9
Papel	346 878 081	2,9	235 754 944	2,7	-32,0
Madeira compensada ou contraplacada	318 288 050	2,6	152 767 829	1,7	-52,0
Carnes diversas <sup>(1)</sup>	174 058 793	1,4	150 358 107	1,7	-13,6
Autopeças	191 865 224	1,6	146 923 511	1,7	-23,4
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	246 499 362	2,0	145 523 950	1,7	-41,0
Café solúvel	174 874 405	1,4	143 060 373	1,6	-18,2
Álcool etílico, não desnaturado	208 717 187	1,7	127 622 058	1,4	-38,9
Motores para veículos	285 817 235	2,3	113 340 651	1,3	-60,3
Tratores	309 595 168	2,5	102 219 786	1,2	-67,0
Abugos e fertilizantes	184 654 846	1,5	96 443 463	1,1	-47,8
Outros produtos	3 584 994 900	29,5	2 240 148 298	25,4	-37,5
TOTAL	12 168 352 045	100,0	8 813 356 628	100,0	-27,6

\* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Inclui principalmente carnes salgadas, de vários animais.

Utilizando outro parâmetro de avaliação, sob a ótica da agregação de valor, observa-se que as exportações estaduais de bens industrializados vêm sendo mais afetadas pela retração da demanda internacional. Nos primeiros nove meses do atual exercício, os embarques de mercadorias manufaturadas garantiram receitas da ordem de US\$ 3,4 bilhões, cifra que representou redução de -41,9% no confronto com o resultado registrado em igual intervalo de 2008. Tal decréscimo é mais acentuado que o verificado nas exportações de produtos básicos (-11,2%), suplantando também a queda das vendas externas de semimanufaturados (-21,9%).

Em consequência disso, a participação dos manufaturados no total das exportações do Paraná caiu para 38,3% no período em análise, ficando abaixo da importância relativa de 48,6% concernente aos bens básicos. A título de comparação, os manufaturados responderam por 47,7% do total vendido no acumulado de janeiro a setembro do ano passado, acima do peso relativo de 39,6% contabilizado pelos produtos básicos, o que sinaliza um retrocesso qualitativo da pauta comercial, com o avanço da representatividade das *commodities* e a diminuição da participação das mercadorias caracterizadas por níveis mais elevados de adição de valor.

Para evitar equívocos, é importante colocar que o aumento da importância das *commodities* não se restringe ao comércio exterior do Paraná, podendo ser constatado também nas exportações de outras unidades da Federação, assim como nas do País. Tanto é assim que os bens básicos vêm ganhando espaço nas vendas externas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, alcançando participações de, respectivamente, 46,0% e 50,9% em 2009, em detrimento dos manufaturados (tabela 2). No âmbito nacional, o peso relativo das mercadorias que não passaram por processos de industrialização subiu mais de 5 pontos percentuais em relação ao resultado de janeiro-setembro de 2008, praticamente se equiparando aos produtos manufaturados em termos de representatividade, o que não deixa dúvida quanto à amplitude do processo de “commoditização”.

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DAS EXPORTAÇÕES SEGUNDO FATOR AGREGADO - UNIDADES DA FEDERAÇÃO SELECIONADAS E BRASIL - JANEIRO A SETEMBRO 2008-2009

UF / PAÍS	COMPOSIÇÃO (%)							
	Janeiro a Setembro de 2008				Janeiro a Setembro de 2009			
	Básicos	Semimanuf.	Manufat.	Total	Básicos	Semimanuf.	Manufat.	Total
Paraná	39,6	10,6	47,7	100,0	48,6	11,4	38,3	100,0
Santa Catarina	40,9	2,4	56,7	100,0	46,0	1,7	52,2	100,0
Rio Grande do Sul	40,2	9,0	49,6	100,0	50,9	6,4	42,0	100,0
BRASIL	37,1	13,7	46,7	100,0	42,5	12,8	42,9	100,0

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: A soma dos pesos relativos das categorias de fator agregado não atinge exatos 100%, em razão das pequenas participações referentes às operações especiais.

Como agravante, deve-se considerar que a redução das receitas das exportações de bens processados está sendo determinada principalmente pelo declínio dos volumes comercializados, havendo menor influência por parte da queda dos preços em dólares das mercadorias. No caso do Paraná, enquanto o índice de preços das exportações de manufaturados recuou -9,4% no acumulado dos nove primeiros meses do presente exercício, as quantidades transacionadas apresentaram retração de -35,8%, de acordo com cálculos do IPARDES. Evidenciando a diferença em relação às demais categorias de fator agregado, os índices de *quantum* referentes aos produtos básicos e semimanufaturados exibiram variações de 1,8% e -4,0%, respectivamente, não sendo os principais determinantes da diminuição dos valores das vendas ao exterior, uma vez que os preços dos referidos bens anotaram consideráveis quedas de -12,8% e -18,7% no período (tabela 3).

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO QUANTUM, PREÇOS E RECEITAS DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2009

FATOR AGREGADO	VARIAÇÃO (%)		
	Índice de <i>Quantum</i>	Índice de Preço	Receitas das Exportações
Básicos	1,8	-12,8	-11,2
Semimanufaturados	-4,0	-18,7	-21,9
Manufaturados	-35,8	-9,4	-41,9
TOTAL	-17,0	-12,7	-27,6

FONTES: MDIC-SECEX, IPARDES

NOTA: Variação referente ao acumulado de janeiro a setembro de 2009, em comparação ao mesmo período de 2008.

Entre os fatores de explicação da pronunciada redução dos volumes de manufaturados exportados pelo Estado, deve-se ressaltar, além da mencionada contração da demanda global, o movimento de valorização do real. Como se sabe, a apreciação cambial tem efeitos distintos sobre os segmentos econômicos, penalizando mais fortemente os ofertantes de bens industrializados, com impactos menores sobre a produção de *commodities*, atividade em que as vantagens do País são inquestionáveis.

Portanto, não é por acaso que as quantidades exportadas de produtos manufaturados paranaenses registraram taxas de crescimento superiores a 20% há alguns anos, em um período marcado pelas favoráveis condições da economia global e pelos competitivos patamares da taxa de câmbio (tabela 4). A seguir, mais precisamente no biênio 2006-2007, o *quantum* das vendas externas da referida categoria de fator agregado passou a apresentar expressiva desaceleração, a despeito da expansão relevante do PIB mundial, em consequência da perda de competitividade decorrente da trajetória indesejável da cotação da moeda nacional. Cabe mencionar que, adicionalmente à interferência cambial, o resultado negativo dos volumes direcionados ao exterior em 2006 sofreu influência de estratégias empresariais específicas, representadas pela transferência parcial de uma grande linha de produção de automóveis, destinados ao mercado europeu, para unidade fabril localizada em outra unidade da Federação.

TABELA 4 - ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL E VARIAÇÕES REAIS DO PIB MUNDIAL E DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE MANUFATURADOS - 2003-2009

ANO	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL (base 2003 = 100) <sup>(1)</sup>	VARIAÇÃO (%)	
		PIB Mundial <sup>(2)</sup>	<i>Quantum</i> das Exportações Paranaenses de Manufaturados
2003	100,0	3,6	23,5
2004	98,4	4,9	29,1
2005	80,2	4,5	20,9
2006	71,7	5,1	-5,7
2007	66,5	5,2	8,2
2008	64,2	3,0	-3,5
2009	65,6	-1,1	-35,8

FONTES: BCB, FMI, IPARDES

NOTA: No ano de 2009, o índice da taxa de câmbio e o *quantum* das exportações referem-se ao período de janeiro a setembro.

(1) Considera uma cesta de moedas, com ponderação segundo os pesos dos diferentes países no comércio exterior brasileiro.

(2) Variações reais, segundo o FMI. Estimativa para o ano de 2009.

Já nos anos de 2008 e 2009, em razão da retração da atividade econômica mundial e da permanência do câmbio em níveis apreciados, não obstante o *overshooting* observado no início da crise, o índice de *quantum* das exportações estaduais de manufaturados apresentou preocupantes quedas, o que reforça argumentos a favor de medidas para a reversão do processo de apreciação do real, de modo a evitar a deterioração continuada das estruturas industriais, prejudicadas não somente pelas limitações à inserção no mercado internacional, mas também pelo acirramento concorrencial interno, com o aumento das importações.

Enfim, em um provável cenário de moderado crescimento global, o dinamismo das exportações paranaenses e brasileiras dependerá ainda mais do comportamento da taxa de câmbio, exigindo, por parte dos gestores da política econômica, ações mais efetivas para a inflexão do movimento de valorização. Caso contrário, além das ameaças à solidez do balanço de pagamentos no longo prazo, as economias do Estado e do País sofrerão com o prosseguimento da deterioração das relações de troca e do empobrecimento de suas pautas comerciais nos próximos anos.

Em junho deste ano, a Organização Mundial do Comércio (OMC) condenou definitivamente os subsídios federais norte-americanos concedidos aos cotonicultores, em painel instaurado pelo Brasil em 2002. Dois meses depois, a fórmula a ser utilizada pelo País como compensação pela distorção comercial provocada pelos Estados Unidos foi divulgada. Tal fórmula atualizará anualmente o valor da compensação a que o País terá direito. O fator mais significativo da decisão foi a permissão para que o Brasil faça uso da “retaliação cruzada”, ou seja, a possibilidade de atingir vetores de comércio não restritos à produção agrícola.

O montante de subsídios concedido pelos Estados Unidos durante o ano fiscal 2008-2009 será conhecido neste mês de novembro. Sobre essa cifra será calculado o tamanho das sanções brasileiras. Desde a decisão final dos juízes da OMC, um grupo de técnicos da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) elabora o plano de retaliação comercial. Seu objetivo é definir combinações de represálias contra corporações norte-americanas, sob a forma de taxação e de suspensão de direitos de propriedade intelectual. No final de outubro, a CAMEX decidiu que a lista de bens sujeitos à retaliação será divulgada publicamente para análise dos setores atingidos. O Brasil poderá aplicar a “retaliação cruzada” apenas se os subsídios ultrapassarem US\$ 460 milhões. No final de agosto, o Departamento de Agricultura dos EUA estimou que o governo federal daquele país distribuiria, ao longo de 2009, US\$ 13,5 bilhões em subsídios agrícolas, sendo US\$ 3,2 bilhões direcionados aos cotonicultores.

O Departamento de Comércio dos EUA utilizou todos os instrumentos de revisão e apelação disponíveis na OMC. A estratégia protelatória funcionara em casos semelhantes, graças aos custos financeiros e políticos de uma batalha jurídica contra a maior economia do mundo. A política de subsídios norte-americanos estimulou a produção e derrubou a cotação da pluma. O desequilíbrio atingiu grandes produtores como o Brasil, Índia e China, mas foi particularmente danoso a países africanos que exportam quase toda a sua produção. Mali, Chade, Burkina Faso e Benin apoiaram o Brasil na disputa com os Estados Unidos porque aproximadamente 8% de seu PIB está vinculado à produção de algodão. Os sete anos de litígio na OMC forjaram uma ligação diplomática entre o Brasil e esses quatro países, e levou a Embrapa e o Itamaraty a implantarem projetos de colaboração técnica e promoção comercial. Investimentos estimados em US\$ 4 milhões, alocados nos próximos quatro anos, possibilitarão adaptação de sementes à savana, controle de pragas e construção de laboratórios. Os produtores terão garantia de compra da safra. Espera-se que a recuperação da produção africana crie um novo mercado para maquinário e insumos brasileiros.

Uma das prováveis medidas retaliatórias do Congresso dos Estados Unidos contra o Brasil é a eliminação do País do Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano. O SGP é um instrumento criado pela UNCTAD, órgão das Nações Unidas devotado ao comércio internacional, com o intuito de que economias desenvolvidas concedessem isenções tarifárias a produtos originários de países em processo de industrialização. Doze países e a União Europeia possuem versões particulares desse mecanismo de estímulo, criado em 1968. Os Estados Unidos dispõem de uma versão do SGP desde 1976, revisada anualmente.

O Brasil é o quinto maior produtor de algodão e detém um dos melhores índices de produtividade, em torno de 3,6 toneladas por hectare. A área plantada, contudo, tem caído sensivelmente: a safra 2008/2009 ocupou área aproximadamente 22% menor que a da safra anterior, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) - gráfico 1. A cotação elevada de outras *commodities* no mercado internacional e a escalada de custos de produção (fertilizantes, defensivos e preço da terra) incentivaram a migração para o plantio de milho e soja. A pesquisa genética tem mitigado, parcialmente, o impacto do aumento de preços de herbicidas. Nesse sentido, as variedades de algodão desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) têm papel relevante. A expansão do cultivo do algodão adensado, técnica pesquisada pelo Instituto há quase uma década, que demanda menor

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

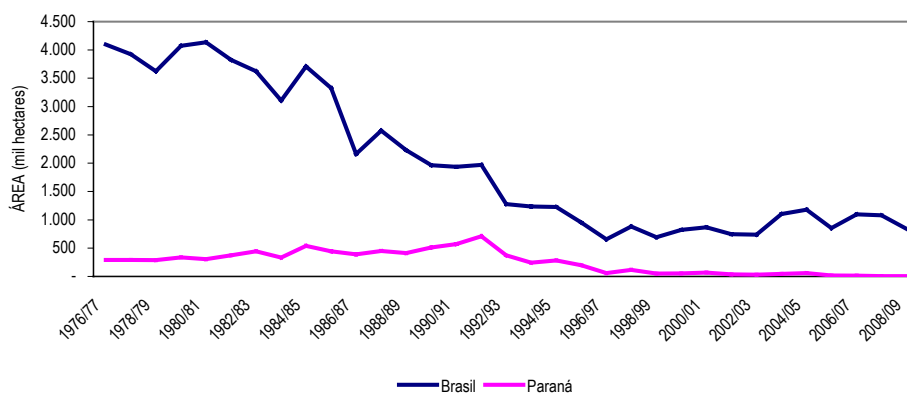
quantidade de defensivos, sinaliza um novo perfil para a cotonicultura nacional. O avanço da mecanização, com a produção local de colheitadeiras, também mostra que os grandes produtores nacionais ainda têm fôlego para competir no mercado internacional e atender à demanda brasileira.

A cotonicultura paranaense praticamente desapareceu nos últimos vinte anos. Em 1992, segundo dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), o Estado colheu mais de 705 mil hectares de algodão. Na última safra, essa área foi ligeiramente maior que três mil hectares. O mais recente levantamento da SEAB estima que o algodão ocupe apenas 199 hectares em 2009/2010.

Os anos de pujança no plantio de algodão legaram ao Paraná o desenvolvimento de uma cadeia de produção sofisticada e de uma indústria têxtil dinâmica. Há alguns anos, as cooperativas paranaenses investem na produção de fios de algodão. A Coamo Agroindustrial Cooperativa produz mensalmente 800 toneladas de fios em uma fábrica própria em sua sede, no município de Campo Mourão, e em uma fiação arrendada no município de Goioerê. No último biênio, a cooperativa investiu mais de US\$ 2 milhões em equipamentos. A Cocamar Cooperativa Agroindustrial, de Maringá, produz 700 toneladas de fios por mês e a Integrada Cooperativa Agroindustrial, de Londrina, tem capacidade de produção estimada em 450 toneladas mensais. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, o número de estabelecimentos voltados à fabricação de produtos têxteis no Paraná cresceu 21,6% entre 1998 e 2008. Nesse mesmo período, o número de confecções praticamente dobrou, passando de 2.368 para 4.567. Esses dois ramos da indústria eram responsáveis por 37.068 registros formais de emprego em 1998 e passaram a responder por 82.175 registros uma década depois.

A vitória no contencioso do algodão não pode ofuscar o fato de que o País precisa continuar colaborando com ideias que agilizem os processos na OMC e que aumentem a eficácia de suas decisões. Afinal, novas disputas comerciais se avizinham, ligadas ao comércio de suco de laranja, aeronaves e medicamentos genéricos.

GRÁFICO 1 - ÁREA PLANTADA DE ALGODÃO - PARANÁ E BRASIL - SAFRAS 1976/1977 - 2008/2009



FONTE: CONAB

## AGROINDÚSTRIA

### CONAB moderniza armazém

O armazém frigorífico da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), localizado em Curitiba, voltou à atividade após terem sido investidos R\$ 3 milhões na modernização de suas instalações e equipamentos. Suas câmaras frigoríficas receberam um novo sistema de empilhamento, que permite agilidade no processo de transporte. A capacidade de armazenamento de carnes passou para 2,5 mil toneladas.

REABERTO armazém frigorífico de 2,5 mil toneladas em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 set. 2009. Caminhos do Campo, p. 2.

### Maltaria paranaense torna-se a maior do País

Desde 2007, a Cooperativa Agrária investiu R\$ 164 milhões na ampliação da Agromalte. Localizada em Guarapuava, centro-sul paranaense, as obras renderam um complexo com uma nova torre de malteação, estufa e 26 novos silos. Sua capacidade de processamento anual saltou de 140 mil para 220 mil toneladas, situando-a entre as dez maiores maltarias do mundo.

PARANÁ terá uma das dez maiores maltarias do mundo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 set. 2009. Caminhos do Campo, p. 2.

SILVA, Maria Gizele da. Maltaria do Paraná é a maior do país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 2009. p. 18.

### Agrocana adquire toda a participação da Usaciga

Detentora de 51% de participação na usina Usaciga, localizada em Cidade Gaúcha, noroeste paranaense, a Agrocana Participações Ltda. adquiriu os 49% restantes, de propriedade da Clean Energy Brazil PLC (CEB). A Agrocana desembolsou US\$ 8,7 milhões e assumiu os compromissos financeiros da usina, estimados em US\$ 185 milhões.

SCARAMUZZO, Mônica. CEB vende sua fatia em usina do Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 set. 2009. Empresas, p. B12.

### Bunge desativa fábrica de processamento de soja

A Bunge Alimentos encerrou definitivamente as operações de sua fábrica de processamento de soja localizada em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais. Inaugurada em 1973, a planta estava parada há um ano. A empresa justificou a decisão pela necessidade de elevado aporte de capital para modernização das instalações e pela alta cotação da soja em grão.

SILVA, Maria Gizele da. Bunge fecha fábrica em Ponta Grossa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 2009. p. 18.

## COMÉRCIO

### Rede Smart começa a atuar no Paraná

A Rede Smart de supermercados decidiu investir no mercado paranaense, com a filiação de 46 lojas, em 34 municípios. Grande parte dos novos associados à rede já é proprietária de supermercados de bairro. A Smart pertence ao Sistema Integrado Martins, que no último ano faturou R\$ 7,3 bilhões. A empresa integra 1,2 mil pontos de venda, em 18 estados do País.

REDE Smart chega ao PR com 46 lojas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 set. 2009. p. 23.

\* Elaborado com informações disponíveis entre 01/09/2009 a 31/10/2009.

\*\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\* Acadêmico de Ciências Econômicas, estagiário do IPARDES.

# INDÚSTRIA

## Robótica no Norte Pioneiro

Após investimentos estimados em R\$ 5,5 milhões, foi inaugurada a Brasil Robótica, em Siqueira Campos, no Norte Pioneiro. A empresa produzirá robôs voltados para o desempenho de trabalhos insalubres e periféricos, como esteiras para locomoção e equipamentos de segurança. Parte da produção será destinada à exportação, principalmente para o mercado latino-americano.

MARTINS, Marco. Paraná tem sua 1ª fábrica de robótica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 set. 2009. p. 24.

---

## Jasmine expande capacidade de produção

A Jasmine Alimentos, de Curitiba, ampliou o quadro de funcionários e investiu aproximadamente R\$ 9 milhões em sistemas de tecnologia, maquinário e refrigeração. A companhia prevê crescimento de 30% no faturamento deste ano e de 35% em 2010. Em 2009, lançou no mercado 40 novos produtos com sua marca e 32 outros em parceria com a italiana Alce Nero. As exportações representam 5% de sua receita.

RIOS, Cristina. Investimentos mostram a cara. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 set. 2009. Economia, p. 2.

---

## Positivo Informática investirá R\$ 10 milhões em 2009

Até o final deste ano, a Positivo Informática investirá R\$ 10 milhões no aumento da capacidade produtiva de sua fábrica, em Curitiba. Após a turbulência da crise, a empresa reativou o terceiro turno e elevou o número de funcionários. A expectativa da empresa é de que a capacidade mensal de montagem, de 240 mil computadores e 94 mil placas-mãe, passe para 330 mil e 127 mil unidades mensais, respectivamente.

Graças à encomenda de 170 mil computadores pelo Ministério da Educação, o Programa Especial de Crédito (PEC) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou linha de crédito de R\$ 200 milhões para financiamento de capital de giro da produção, caso seja necessário.

CRUZ, Renato. Para Positivo, mercado de PCs voltou ao ritmo pré-crise. **O Estado de S. Paulo**, 05 set. 2009. Economia, p. B12.

LIMA, Marli. Positivo pode captar recursos com BNDES. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 set. 2009. Empresas, p. B3.

---

## O Boticário anuncia duas novas linhas de produção

O Boticário, fabricante de perfumes e cosméticos, investiu cerca de R\$ 26,5 milhões no desenvolvimento de duas novas linhas de produtos. Com o objetivo de melhorar o atendimento a sua rede de franquias, composta por aproximadamente 2,7 mil lojas, a companhia investiu na construção de um centro de distribuição em Registro (SP), a ser inaugurado no final de 2009.

O faturamento esperado para este ano é de R\$ 1,2 bilhão, entre 16% e 18% superior ao de 2008. Para o próximo ano, está prevista alocação de R\$ 175 milhões na ampliação da estrutura física de sua planta em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

RIOS, Cristina. O Boticário investe na classe C. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 set. 2009. Economia, p. 3.

LIMA, Marli. Para o Boticário, a beleza vem de fora mesmo. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 set. 2009. Empresas, p. B4.

---

## Paranaense Herbarium é vendida

A FQM Farmoquímica, controlada pelo grupo argentino Roemmers, adquiriu o Herbarium Laboratório Botânico, de Colombo, na RMC. O valor da negociação não foi divulgado e as operações dos dois laboratórios permanecerão separadas. O Herbarium registrou faturamento de R\$ 67 milhões no ano passado e estima alcançar R\$ 70 milhões em 2009.

LABORATÓRIO carioca compra Herbarium. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 set. 2009. Economia, p. 22.

RIOS, Cristina. Herbarium mira mercado internacional. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 set. 2009. Economia, p. 5.

---



# ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2009

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009 <sup>(1)</sup>	3 091	7 362	2 382	44 050	170 706	3 875	26 304	543 766	20 672

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009 <sup>(1)</sup>	85 572	86 465	1 010	643 994	54 932 019	85 299	44 977	146 244	3 252

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2009

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 800	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 836 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009 <sup>(1)</sup>	650 250	794 428	1 222	181 352	4 321 965	23 832	2 778 077	11 057 090	3 980

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009 <sup>(1)</sup>	418	994	2 378	4 074 984	9 447 911	2 319	1 301 388	2 628 419	2 039

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2009

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Maio	202 366	26 619	38 286
1998	854 517	236 358	193 435	Junho	202 923	23 431	39 267
1999	957 237	198 873	229 466	Julho	227 475	18 142	40 843
2000	1 041 412	181 113	235 315	Agosto	204 680	19 574	37 427
2001	1 121 828	197 985	263 451	Setembro	214 748	23 352	38 650
2002	1 235 681	219 350	333 951	Outubro	226 221	27 203	40 560
2003	1 344 398	219 774	359 139	Novembro	210 898	22 824	36 199
2004	1 557 747	276 808	340 568	Dezembro	197 247	28 057	39 768
2005	1 788 481	308 947	367 765	2009 <sup>(1)</sup>	1 210 060	127 557	244 464
2006	1 856 061	316 897	390 394	Janeiro	195 787	21 742	39 155
2007	2 057 318	295 010	437 152	Fevereiro	186 249	15 748	38 572
2008	2 480 908	279 609	454 340	Março	207 585	19 118	39 479
Janeiro	209 736	23 875	36 983	Abril	204 305	24 370	42 527
Fevereiro	186 985	21 375	33 944	Maio	206 920	23 778	43 028
Março	195 757	20 218	34 780	Junho	209 215	22 801	41 702
Abril	201 869	24 939	37 634				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2009

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 <sup>(1)</sup>	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 591	49,46	307 620	2,02	15 247 237
2009 <sup>(1)</sup>	4 282 858	48,60	1 007 063	11,43	3 375 171	38,30	148 264	1,68	8 813 357
Janeiro	280 167	37,52	129 165	17,30	327 767	43,90	9 563	1,28	746 662
Fevereiro	235 141	39,42	36 849	6,18	313 397	52,53	11 161	1,87	596 549
Março	408 013	47,68	62 630	7,32	372 229	43,50	12 825	1,50	855 697
Abril	652 127	58,14	99 882	8,90	355 074	31,65	14 619	1,30	1 121 702
Maio	620 907	55,64	111 861	10,02	366 837	32,88	16 238	1,46	1 115 843
Junho	814 261	61,28	129 102	9,72	364 985	27,47	20 344	1,53	1 328 693
Julho	454 671	43,89	139 423	13,46	421 161	40,65	20 753	2,00	1 036 008
Agosto	500 729	45,40	146 345	13,27	437 253	39,64	18 675	1,69	1 103 003
Setembro	316 843	34,85	151 804	16,70	416 467	45,81	24 085	2,65	909 199

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2009

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008 <sup>(1)</sup>	15 247 237	14 570 362	676 874	197 942 443	173 196 634	24 745 809
Janeiro	1 022 941	803 112	219 829	13 276 884	12 334 133	942 751
Fevereiro	974 475	1 092 216	-117 741	12 799 920	11 919 588	880 331
Março	1 102 108	851 965	250 143	12 612 775	11 600 581	1 012 194
Abril	1 188 507	631 861	556 646	14 058 430	12 313 260	1 745 171
Mai	1 871 670	1 839 228	32 442	19 303 363	15 228 545	4 074 818
Junho	1 487 237	1 380 759	106 477	18 593 307	15 874 848	2 718 459
Julho	1 806 000	1 668 672	137 329	20 451 410	17 148 659	3 302 751
Agosto	1 373 400	1 365 898	7 502	19 746 867	17 472 187	2 274 680
Setembro	1 359 051	1 353 411	5 640	20 017 208	17 262 870	2 754 337
Outubro	1 215 134	1 577 236	-362 102	18 512 308	17 305 138	1 207 169
Novembro	868 686	970 847	-102 161	14 752 573	13 140 212	1 612 361
Dezembro	979 262	1 035 165	-55 903	13 817 398	11 516 629	2 300 769
2009 <sup>(1)</sup>	8 813 357	6 656 048	2 157 308	111 797 541	90 526 769	21 270 771
Janeiro	746 662	579 814	166 848	9 781 920	10 311 409	-529 489
Fevereiro	596 549	556 890	39 659	9 586 406	7 823 258	1 763 148
Março	855 697	670 841	184 856	11 809 225	10 051 995	1 757 230
Abril	1 121 702	602 943	518 759	12 321 617	8 626 727	3 694 890
Mai	1 115 843	678 385	437 457	11 984 585	9 344 413	2 640 172
Junho	1 328 693	750 754	577 939	14 467 785	9 849 535	4 618 249
Julho	1 036 008	958 896	77 112	14 141 930	11 218 318	2 923 612
Agosto	1 103 003	783 242	319 761	13 840 850	10 767 109	3 073 741
Setembro	909 199	1 074 238	-165 039	13 863 222	12 534 006	1 329 216

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2009

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,35	76,56	81,56	88,22	86,35	91,23	97,78	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,61	118,39	112,34	131,79	119,37	116,07	110,01	
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,35	117,68	111,40	130,69	118,11	114,48	108,78	
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	113,12	85,23	99,63	128,54	133,14	114,23	
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	202,10	157,89	181,37	175,80	208,00	183,11	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,73	133,32	123,26	142,56	131,88	150,59	143,68	
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	99,02	114,83	118,99	107,01	82,86	81,47	91,84	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	630,14	425,62	324,40	358,38	407,68	397,94	440,81	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,16	167,21	141,05	185,60	161,48	197,39	181,24	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	129,84	123,75	112,01	129,92	123,82	129,10	121,10	

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	
Combustíveis e lubrificantes	94,77	101,59	101,01	88,57	81,49	83,10	88,86	85,46	82,77	96,66	85,48	96,45	86,23	88,63	89,19	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	113,27	119,88	116,97	124,19	122,16	154,87	123,06	120,57	111,93	120,47	131,32	123,93	116,62	123,90	135,72	
Hipermercados e supermercados	111,90	118,53	115,45	122,77	120,83	153,54	121,79	119,31	110,69	119,20	130,10	122,51	115,30	122,62	134,56	
Tecidos, vestuário e calçados	111,10	112,42	113,61	103,49	100,90	192,86	108,14	109,25	80,52	93,23	113,39	137,51	116,71	111,49	102,98	
Móveis e eletrodomésticos	198,97	197,05	189,80	203,93	190,79	268,94	181,61	198,41	153,95	177,40	168,37	186,00	178,18	194,45	196,12	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	157,74	152,41	152,40	154,45	158,46	196,02	173,21	156,00	150,76	170,11	168,36	184,48	181,38	184,46	190,16	
Livros, jornais, revistas e papelaria	97,00	107,56	101,66	70,84	68,23	145,89	114,46	142,86	116,74	129,48	102,67	111,89	95,64	106,45	109,93	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	483,56	1034,15	1014,53	899,24	845,84	929,57	995,06	838,04	913,84	956,62	914,96	913,03	1118,56	1148,33	1157,07	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	184,92	194,37	182,48	204,62	197,20	344,35	198,42	194,41	169,26	195,88	202,61	234,20	200,74	194,16	196,12	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	125,41	132,34	129,42	131,80	128,03	171,38	130,77	129,67	115,74	128,31	133,14	137,52	128,20	133,78	139,81	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2009

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																			
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3	125,3	118,9
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	94,9	78,8
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	114,0	102,1
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	103,3	101,7
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	131,9	123,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	229,5	210,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	91,2	89,1
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	78,4	66,2
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	117,4	110,6
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	100,6	106,9
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	98,0	96,6
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	161,5	158,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	150,1	136,1
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	245,3	260,0
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	90,6	81,7

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																		
	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09
Indústria de transformação	130,8	133,6	142,5	137,9	146,7	139,3	145,0	150,3	132,9	109,3	127,4	114,7	120,6	136,1	129,9	125,4	115,1	138,9	138,1
Alimentos	103,8	111,5	125,3	123,2	137,8	123,4	124,3	122,5	114,3	94,2	109,3	73,4	84,4	110,6	120,5	123,1	119,9	117,2	125,3
Bebidas	120,1	109,3	105,1	102,4	103,8	123,2	125,6	141,2	143,8	174,0	111,4	124,9	115,6	130,6	118,4	106,9	84,8	96,6	113,2
Madeira	104,8	92,6	92,2	90,6	97,5	94,3	90,5	96,6	80,4	84,7	73,3	68,9	68,1	84,3	70,6	80,4	70,9	70,6	72,8
Celulose, papel e produtos de papel	131,3	133,5	135,1	136,9	142,5	119,6	139,0	136,4	139,6	129,7	128,4	127,9	127,5	131,8	118,6	111,6	119,8	148,3	141,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	203,9	227,2	351,7	204,0	211,5	214,9	287,3	235,9	223,1	276,1	414,0	517,7	599,4	521,8	442,9	320,0	117,0	460,4	332,9
Refino de petróleo e álcool	94,5	99,4	108,6	106,6	112,6	88,0	103,2	105,8	105,6	103,8	99,8	82,4	81,7	96,8	102,7	109,1	106,9	108,9	109,5
Outros produtos químicos	51,7	68,0	56,2	86,2	82,6	56,0	74,6	70,1	40,3	44,3	79,3	72,4	79,1	77,3	65,4	55,6	67,3	110,1	106,9
Borracha e plástico	119,2	124,0	129,5	122,6	133,8	134,5	136,7	137,4	122,0	99,6	117,5	120,1	108,4	117,3	113,1	109,4	119,8	122,6	129,3
Minerais não metálicos	111,8	112,0	119,2	120,1	132,3	134,2	129,7	132,5	121,9	122,7	122,7	111,2	108,8	124,5	123,4	126,4	119,3	132,1	135,5
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	105,5	117,0	118,1	121,3	127,8	122,9	123,7	128,3	119,1	93,5	94,6	97,4	82,3	88,0	92,4	90,8	95,1	110,9	99,9
Máquinas e equipamentos	170,4	165,2	172,8	170,1	142,4	165,7	165,9	186,7	158,9	117,1	129,2	129,5	111,7	125,5	122,2	124,0	125,3	146,4	148,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	129,1	117,9	123,1	143,3	145,8	130,6	141,1	143,0	117,5	114,8	109,5	109,9	98,4	128,0	111,3	100,1	95,0	115,4	117,8
Veículos automotores	297,0	287,1	265,9	272,4	315,7	323,1	299,4	354,8	274,4	105,0	186,4	132,9	156,9	217,7	194,1	198,5	191,7	186,4	213,06
Mobiliário	81,4	81,7	90,7	91,6	101,2	105,9	100,9	103,7	96,9	93,0	76,2	63,2	62,0	69,5	72,1	75,6	77,1	91,8	98,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2009

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	109,5	110,0	110,4	111,1	110,5	111,1	111,1
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	75,4	75,7	75,6	75,9	75,4	74,7
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	110,0	110,4	110,9	111,5	110,9	111,5	111,6
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	161,4	160,2	160,9	161,6	160,5	160,5	161,4
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	129,1	160,9	229,3	230,5	220,0	166,4	106,5
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	84,8	88,5	88,2	87,7	85,9	85,5	85,1
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	116,5	119,3	117,9	120,2	117,2	116,6	114,4
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	96,6	98,7	100,2	104,5	102,5	102,4	106,9
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	50,4	50,2	49,8	48,8	48,2	47,1	44,2
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	124,0	124,4	123,5	124,2	123,6	123,8	123,9
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	159,3	168,6	212,1	260,8	273,0	292,8	295,4
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	110,9	111,7	111,9	112,0	113,1	112,1	114,8
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	88,0	89,6	90,1	89,9	90,9	94,7	93,9
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	133,5	132,0	134,2	134,0	137,4	140,0	135,7
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	72,0	70,1	71,2	70,7	71,3	72,1	71,1
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	101,2	100,1	98,6	99,8	98,6	102,8	106,6
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	153,1	158,9	160,5	159,6	160,1	163,0	165,6
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	96,6	98,1	99,7	101,8	103,9	105,6	107,4
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	147,4	147,9	150,3	149,1	151,1	151,9	152,0
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	68,7	66,6	64,8	63,8	60,9	60,5	62,2

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09
Indústria geral	111,6	111,2	111,0	109,1	105,3	103,1	104,5	103,5	103,6	102,4	102,7	102,4	102,9	102,9
Indústrias extrativas	74,8	76,5	76,8	77,6	76,8	74,0	76,3	70,9	70,2	78,9	78,2	72,9	72,4	72,3
Indústria de transformação	112,1	111,6	111,5	109,5	105,7	103,5	104,9	103,9	104,1	102,7	103,1	102,8	103,3	103,3
Alimentos e bebidas	161,0	163,1	163,9	162,3	156,4	157,0	156,4	155,4	155,5	154,4	155,9	158,1	161,0	159,3
Fumo	102,8	103,7	101,2	102,0	108,3	196,8	170,8	277,9	289,5	276,2	180,7	174,5	102,1	102,6
Têxtil	86,0	85,5	81,4	79,3	77,1	77,3	77,3	76,8	76,4	76,4	78,1	78,5	77,9	77,2
Vestuário	116,3	116,6	114,6	103,4	97,1	97,0	96,6	97,8	101,9	94,5	94,9	95,2	97,2	97,9
Calçados e couro	111,8	107,3	98,9	88,2	84,9	88,4	83,7	84,0	87,5	87,2	87,6	90,7	91,7	94,7
Madeira	43,4	42,6	41,7	41,1	38,7	36,9	38,3	37,4	37,7	37,0	36,9	36,4	36,2	35,6
Papel e gráfica	127,4	126,5	127,9	126,8	124,1	122,3	124,2	120,6	119,7	120,4	120,6	123,2	124,0	125,9
Refino de petróleo e combustíveis	293,0	292,4	293,3	290,4	273,9	266,7	235,9	226,8	239,6	265,6	285,1	292,1	293,0	295,5
Produtos químicos	115,1	89,1	87,2	89,5	88,5	90,7	87,9	87,7	88,1	89,0	89,5	90,6	97,8	94,6
Borracha e plástico	94,4	94,1	95,3	93,9	91,6	85,3	90,5	88,4	87,5	86,7	85,6	80,7	80,4	82,5
Minerais não-metálicos	134,3	132,6	134,1	134,6	133,7	132,1	134,0	130,2	132,5	132,1	130,5	133,6	132,9	131,0
Metalurgia básica	72,8	73,4	73,7	74,1	73,4	71,0	72,1	73,4	72,0	70,6	70,3	69,8	69,9	69,7
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	108,6	108,2	107,9	107,1	104,8	104,1	107,3	108,3	105,6	103,8	103,7	102,4	100,2	101,1
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	166,0	165,8	166,4	163,5	155,3	148,2	152,8	151,2	150,6	146,2	146,7	146,3	146,2	145,3
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	107,6	110,9	110,5	109,9	108,6	102,8	108,6	106,8	102,3	101,5	102,1	100,1	100,6	100,3
Fabricação de meios de transporte	150,0	155,0	155,7	150,7	145,8	141,4	143,9	143,2	141,3	142,0	142,2	139,6	138,6	140,1
Fabricação de outros produtos	63,7	65,2	66,6	67,8	65,5	60,3	64,5	63,1	62,2	61,4	60,5	57,0	56,6	56,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2009

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Fevereiro	4 606	1 658	2 389	5 895	182	-	14 730
Março	9 166	809	3 402	6 973	4 735	-	25 085
Abril	9 961	1 647	4 015	5 645	5 079	-	26 347
Mai	5 167	3 095	3 015	4 541	921	-	16 739
Junho	4 141	1 784	3 386	3 225	1 408	-	13 944
Julho	3 700	2 722	2 298	4 546	369	-	13 635
Agosto	3 474	1 831	3 998	5 264	128	-	14 695
Setembro	6 264	1 623	4 454	4 594	469	-	17 404
Outubro	387	380	3 276	1 603	355	-	6 001
Novembro	-4 974	-747	4 690	1 236	-377	-	-172
Dezembro	-25 398	-3 610	-2 784	-11 217	-6 813	-	-49 822
2009	18 494	9 524	12 941	31 752	2 899	-	75 610
Janeiro	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592
Fevereiro	-1 883	55	-109	5 994	-1 563	-	2 494
Março	2 958	428	1 191	3 261	3 004	-	10 842
Abril	2 504	-104	333	4 848	356	-	7 937
Mai	2 255	2 978	1 651	3 135	1 663	-	11 682
Junho	-109	31	2 179	2 661	1 202	-	5 964
Julho	2 855	1 206	1 956	1 048	-143	-	6 922
Agosto	3 880	2 025	3 116	5 676	-260	-	14 437
Setembro	6 672	1 274	3 536	2 673	-415	-	13 740

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2008

ANO	PARANÁ <sup>(1)</sup>		BRASIL <sup>(1)</sup>	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,1
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,7
2005	126 677	-0,10	2 147 239	3,2
2006	136 681	1,40	2 369 797	3,8
2007 <sup>(3)</sup>	150 712	6,0	2 597 611	5,7
2008 <sup>(3)</sup>	167 777	5,8	2 889 719	5,1

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

---

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347  
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)